



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Dados da Reunião

Câmara:	Câmara Temática de Crédito, Seguro e Comercialização do Agronegócio				
Título:	Reunião Ordinária N. 5				
Local:	Auditório Maior, Sobreloja do Ed. Sede do MAPA, Brasília/DF				
Data da reunião:	04/07/2017	Hora de início:	10:00	Hora de encerramento:	13:00

Pauta da Reunião

- 10:00 – Abertura da Reunião. Sr. Ivan Wedekin, Presidente da Câmara;
- 10:05 – Aprovação da Ata da 4ª. RO da CREDSEC, realizada em 15.03.2017;
- 10:15 – Plano Agrícola e Pecuário 2017-2018 – balanço e desafios;
- 11:00 – GT-1 Programa de Subvenção do Seguro Rural – Gustavo Bracale SPA-MAPA;
- 11:20 – GT-2 Títulos do Agronegócio e Novas Fontes de Financiamento - Antonio Luiz M. Moraes/SPA-MAPA, Coordenador;
- 11:40 – GT-3 Sistema Nacional de Crédito Rural - João Ferrari Neto/BCB, Coordenador;
- 12:00 – GT-4 Comercialização e Renda - Bruno Barcelos Lucchi/CNA, Coordenador;
- 12:20 – GT-5 Operacional da PGPM - Sílvio Farnese/SPA-MAPA, Coordenador;
- 12:40 – GT-6 – Central de Ônus e Gravames, Fernando Pimentel/SNA, Coordenador;
- 13:00 – Informes da Assessoria das Câmaras Setoriais e Temáticas/ ACST - Sra. Isabel Carneiro;
- 13:10 – Encerramento.

Lista de Participantes

	Nome	Entidade	Frq	Assinatura
1	IVAN WEDEKIN	BM&F BOVESPA	PR	
2	AYRTON JUN USSAMI		PR	
3	ISABEL REGINA FLORES CARNEIRO ROXO		PR	
4	RENATO MACEDO BURANELLO	ABAG	PR	
5	GERALDO MAFRA	ANDAV	PR	
6	PEDRO FERREIRA ARANTES	APROSOJA	PR	
7	FREDERICO AZEVEDO E SILVA	APROSOJA - MT	PR	
8	BRUNO DA MOTTA VALENTIM	AUSTRAL Re	PR	
9	JOÃO FERRARI NETO	BACEN	PR	
10	BRUNO BARCELOS LUCCHI	CNA	PR	
11	FERNANDA SCHWANTES	CNA	PR	
12	WELLINGTON SILVA TEIXEIRA	CONAB	PR	



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

13	ROBERTO ARRUDA DE SOUZA LIMA	ESALQ/USP	PR
14	FREDERICO MARTINS PERES	ESSOR	PR
15	LAURA EMILIA DIAS NEVES	ESSOR	PR
16	PEDRO AUGUSTO LOYOLA	FAEP	PR
17	JOSÉ CARLOS DE JESUS GREGIO	FEBRABAN	PR
18	ALEXANDRE AZEVEDO VELHO	FEDERARROZ	PR
19	JOAQUIM FRANCISCO RODRIGUES CESAR NETO	FENSEG	PR
20	GLÁUCIO NOGUEIRA TOYAMA	MAPFRE Seg	PR
21	JOSÉ EUSTÁQUIO ALVES	MF	PR
22	PAULO CESAR DIAS DO N. JUNIOR	OCB	PR
23	FERNANDO ALUIZIO PONTES DE OLIVEIRA PENTEADO	SAA/SP	PR
24	FRANCISCO CARLOS SIMIONI	SEAB/PR	PR
25	ANTONIO SIDINEI SENGER	SICREDI	PR
26	IVAN AMÂNCIO SAMPAIO	SINDIVEG	PR
27	FERNANDO LOBO PIMENTEL	SNA	PR
28	NERI GELLER	SPA/MAPA	PR
29	RICARDO AMADEU SASSI	SRB	PR
30	Andressa Maria Soares Caldas	ACEBRA	CO
31	CAMILA DE MELO SANTANA CARDOSO	ACEBRA	CO
32	LEILA RAQUELRUGERI	APROSOJA - MT	CO
33	JOSE MARIA MASCCHIETTO JUNIOR	ASPIPP	CO
34	ALVARO S. TORETTA	BB	CO
35	IVAN BONETTI / repre Dep. Covatti Filho	CAMARA DOS DEPUTADOS	CO
36	NATALIA SAMPAIO S.FERNANDES	CNA	CO
37	ROBERVAL JUARES DE ANDRADE	EMATER/RS	CO
38	CELIO PORTO	FPA	CO
39	JOSE CARLOS PIRES	IRGA	CO
40	DAIANE RAMON DE ALCANTARA	MF	CO
41	GILSON MARTINS	OCEPAR	CO
42	VINICIUS D.DE J.L. SILVA	PATRI	CO
43	SILVIO FARNESE	SPA/MAPA	CO
44	ANTONIO L. M. MORAES	SPAE/MAPA	CO
45	ANA VICTORIA S. LAFETA	UMBELINO LOBO	CO

PR - presente / CO - convidado

Desenvolvimento

Ocorreu a leitura da ata: Não Sim

Desenvolvimento

Reunião: Reunião Ordinária Nº 5

Data da Realização: 04/07/2017

Horário: 09:00 às 13:00 horas

Local: Auditório Maior, Sobreloja Edifício Sede do MAPA – Brasília/DF.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Abertura da 5ª RO : As dez horas do dia 04 de julho de 2017, no Auditório Maior do Edifício Sede do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Brasília DF, foi aberta a 5ª Reunião Ordinária da Câmara Temática de Crédito, Seguro e Comercialização do Agronegócio – CREDISEC, pelo presidente da Câmara, Ivan Wedekin.

Aprovação da Ata da 4ª Reunião Ordinária: A Ata encaminhada previamente por meio eletrônico a todos, foi colocada em apreciação, tendo o presidente pedido para fazer a ressalva, onde está escrito VBC Valor Básico de Custeio, substituir por aumento de limite para financiamento, no que todos aquiesceram. Logo em seguida colocou a ata em votação, tendo sua aprovação por unanimidade, ficando sua assinatura para a próxima reunião, dia 30 de novembro de 2017, após a referida retificação.

Plano Agrícola e Pecuário 2017/2018- balanço e desafios – O presidente fez breve relato do crédito rural, um balanço das aplicações do plano de safra 2016/2017, comparando com a safra de 2015/2016. Para o Custeio foram aplicados R\$ 95,7 bilhões nesse ano, contra R\$ 101,2 bilhões no ano passado, uma queda de 5,4%. Em investimento o desempenho foi bom, mesmo com a queda de margem da agricultura, com R\$ 36,8 bilhões, ante R\$ 38,8 bilhões na safra 2015/16. No crédito de Comercialização, incluindo o ítem Industrialização, que não existia nas safras anteriores, foram aplicados R\$ 28,8 bilhões, contra 26,7 bilhões na safra anterior, com aumento de 6,9%. O crédito rural no Brasil vem se mantendo entre R\$ 160-165 bilhões, o que tem sido a norma desses anos, e nesse houve uma queda de 5,4% no total de crédito, atingindo R\$ 161,3 bilhões. Importante será o comportamento da taxa de juros da economia, que poderá baratear o custo médio do capital para custeio da Safra 2017/2018.

O Secretário de Política Agrícola (SPA), Neri Geller, relatou que fechamos o Ano Safra com aplicação razoável em investimento e custeio, e viabilizando novas linhas de créditos, inclusive fora do crédito agrícola, como a LCA e o CRA, que vão criar condições favoráveis à viabilização para que o produtor tenha alternativas. Disse que conseguiu junto com o setor produtivo avançar nas conquistas, e está bastante otimista com o seguro rural e que é preciso estimular a iniciativa privada para ajudar no faturamento do recurso colocado no seguro agrícola. Informou que o seguro rural garantiu capitais da ordem de R\$ 5 bilhões em 2015, e cresceu para R\$ 13 bilhões em 2016, levando o produtor a ter a cultura de fazer o seguro.

No Custeio Agrícola o objetivo é manter as aplicações, e conseguiram reduzir a taxa de juros 9% para 8,5%. Quanto ao crédito para investimento, o Secretário ponderou que os avanços contemplaram as principais linhas, Moderfrota, Programa ABC, Programa de Armazenagem-PCA e acesso à inovação tecnológica (Inovagro), sendo que nos dois últimos programas a taxa de juros passou de 8,5% para 6,5% ao ano. Relatou que acertou com a equipe econômica a possibilidade de redirecionar os recursos ao longo da execução do plano. Informou o contingenciamento de 42% do orçamento do MAPA, e esse corte pegou parte do seguro agrícola, e agora estão negociando com o MPOG a retomada para que o recurso de R\$ 310 milhões seja liberado, até o final do mês, para fazer empenho, programação e disponibilizar os recursos para as seguradoras. Destacou que a ampliação do orçamento depende de alternativa para espaço fiscal através da liberação dos precatórios.

O Secretário registrou que a mudança no crédito para as cooperativas “não passou por nós”, mas que a SPA vai encampar essa questão da OCB com a equipe econômica. Em seguida, abordou a questão da logística no Centro-Oeste e o abastecimento do milho no Sul do país. Quanto à cana de açúcar, a reativação do Pro-Renova contempla São Paulo e Nordeste, com redução da TJLP para 3,7%, demanda solicitada pelo setor da produção da cana de açúcar. No Programa ABC avançaram, contemplando o reflorestamento com cacau, e as oliveiras e



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

nogueiras para fazer a recuperação de áreas degradadas, com o beneficiamento de outras culturas a serem agregadas a produção.

Atualizou informações sobre a falta da regularização dos cerealistas dentro do PCA, com recursos na ordem de R\$ 300 milhões e com programa específico a ser aprovado, e faltando parecer da PGFN do MPOG/MF, para a MP ir para o Congresso Nacional. Estão cuidando disso pessoalmente, para que tenha celeridade, será importante a ajuda da Frente Parlamentar. As cooperativas e os produtores não têm como armazenar com a velocidade da produção hoje em dia. Quanto mais atores para a questão da armazenagem é essencial, para fazer financiamento e estruturar a armazenagem. Em Lucas de Rio Verde, tivemos notícias que 11 produtores se associaram em condomínio, e farão financiamento para a estruturação da armazenagem conjunta. As vendas não ficarão de fora, são importantes para o custeio e não podem ficar fora do PCA. Os cerealistas e as cooperativas também não.

Afirmou o secretário, que a área segurada no país em 2015/2016 era de 2,9 milhões de ha, passando para 5,6 milhões de ha nesse ano, crescimento de 93%. As apólices contratadas eram de 40.500 mil e passaram para 73.600 apólices, crescimento 82%. O capital assegurado saiu de 5,5 de bilhões, e passou para 13,3 bilhões, crescimento de 142%. O crescimento do valor subvencionado pelo Governo Federal foi de 41%, crescendo de 282 milhões para 398 milhões, e se deu basicamente na questão de gestão, e no conceito da importância do seguro.

O presidente abriu a palavra aos membros.

Pedro Loyola, da CNA, parabenizou pelo trabalho, principalmente no seguro rural, onde os pagamentos estão sendo feitos dentro do prazo combinado, o que dá segurança aos produtores no acesso à subvenção rural. Estão com a PL nº 4 no Senado Federal, trabalho da CNA junto as entidades, ouvindo MAPA e Secretaria da Agricultura Familiar, que está dentro da Casa Civil, e o BCB, para fazer a integração do PROAGRO com o PSR. Na questão de crédito rural, a CNA, as cooperativas, e as federações, temos a preocupação em relação a questão ambiental, com o cadastro a ser entregue no final do ano, no início da implantação do Programa Regularização Ambiental. O produtor vai ter que se adequar imediatamente ao Programa ABC, e promotores públicos já estão nas propriedades fiscalizando. O código florestal está aí. O programa ABC precisa ficar mais acessível, temos alguns problemas, essa linha foi lançada em 2011 e até 2014, estava bem, vários estados fizeram treinamentos de técnicos e gerentes de agentes financeiros para fazer projetos, metas de bancos, mas de lá para cá, da safra 2013/2014 tem caído muito. Tem havido muito pouca aplicação, o acumulado entre janeiro/abril, liberou até aqui só 500 milhões, baixíssimo número de contrato, caindo no esquecimento nos agentes financeiros. A lógica nos bancos é liberar o custeio, linhas que tem maior facilidade, e esta linha está ficando no segundo ou terceiro plano dentro nos bancos. Pleitearam a redução de juros junto ao governo. A partir de 7,5 % de taxa de juros, cai a contratação, não é viável, igual o que aconteceu ao PCA, onde considera a taxa 7,5% muito alta. Encaminharam ofício para o MAPA solicitando a revisão de condições de financiamento do ABC, e informa ter reunido com BB e Caixa para que ela entre no ABC, o produtor vai precisar em 2018 desta linha, disse Loyola.

Geller respondeu que a questão do seguro avançou, graças também ao pessoal do Paraná. As linhas de crédito tivemos a ajuda do BB, que nos auxiliou na queda de juros. Ano passado tivemos problemas de créditos, pela capacidade de pagamento, e o produtor elegeu prioridades que foram para custeio de máquinas para a propriedade, compromisso que deve



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

ser retomado. Afirmou que é importante divulgar os programas que tem o governo federal, onde os produtores não sabem por exemplo que a INOVAGRO pode financiar o ABC e outros programas. Enfatizou a necessidade dos agentes relacionados aos programas estenderem o conhecimento dos produtos do MAPA.

Paulo Cesar, da OCB agradeceu o apoio, pelas palavras e considerações, e disse que reconhecem na OCB as dificuldades para ajustar questões das políticas agrícolas. Os pontos que o secretário colocou são bastante importantes, e foram colocados para equipe econômica e a equipe setorial do ministério, numa forma geral, nas diversas reuniões que tiveram durante o ano. Informou que tiveram a oportunidade de debater no 8º Workshop de Crédito Rural do Bancoob, e colocaram esta situação bem clara e com apreensão, e que não houve mecanismo de transição. Disse informando que foi tirado os recursos obrigatórios vinculados à comercialização, na Rubrica nº 5. Muitos dos investimentos foram feitas para as cooperativas alavancarem a agregação de valores, pauta muito debatida há 5 a 8 anos atrás. Há uma certa transferência de riqueza financeira a partir da adoção das LCA, neste mesmo ritmo. Temos custos financeiros alto, e estão trabalhando alguns pontos.

Neri lembrou que a OCB, junto com a equipe técnica da SPA/MAPA e a Frente Parlamentar, farão uma argumentação técnica e junto encaminharão dentro do que é possível ser feito. Trabalhar politicamente a redução da taxa de juros, e fazer o que é defensável. Remanejar parte do recurso para custeio e comercialização. Pediu que dê argumentos técnicos, e através da SPA farão o encaminhamento e irão superar esse obstáculo, e exercer as prerrogativas que podem serem feitas.

O presidente da câmara sugere ao Secretário, diante esse sentimento de que gerente e produtores, não conhecerem as linhas de crédito, uma caravana das finanças orais, para divulgação da prática das linhas PROP e PEP, e dos outros instrumentos de financiamento de política agrícola nas cooperativas, bancos, CNA, federações, onde eles têm grande capilaridade. O produtor rural não conhece aquilo que os bancos, as organizações colocam à sua disposição.

Francisco Simione, da Secretaria de Agricultura do Paraná falou que foi muito bem colocado a questão do ABC, mas esclarece que a Caixa não trabalha com o crédito do programa ABC, e seria muito importante a sensibilização junto aos dirigentes da caixa a respeito. Disse que o ABC é muito pesado para rodar, moroso e burocrático, tira o médio produtor de participar do processo. O Paraná trabalha a conservação da água e solo, e faz a aproximação com os agentes financeiros no estado para operar instrumentos com esses temas conservacionistas.

Nery indaga o que trava na burocracia, e pede que a Secretária de Agricultura do Paraná e CNA verifiquem quais são e o que pode ser melhorado. Ele convocará os agentes financeiros e produtores para verificar as possibilidades de viabilização. Quer que além do BB, outras instituições financiem o crédito e o seguro. Em reunião do Programa ABC e o BB, averiguaram a possibilidade de estimular a Caixa Econômica a entrar também, onde daremos atenção especial. Despediu-se agradecendo e retirou da reunião.

Alvaro Toutto, do Banco do Brasil propõe uma reflexão alinhada às expectativas quanto ao Programa ABC. O Projeto ABC é para planejar a propriedade, e não para projetar uma lavoura, e 4 ou 5 meses já estar colhendo. É natural que exija mais do técnico ao elaborar o projeto e do produtor pensar, pois é para daqui a 4 anos. O produtor tem que analisar se na propriedade vai fazer integração com a agropecuária ou não, mudar maquinário, treinar o peão, pois irá mudar sua forma. Não é simples, afirma que fizeram isso no BB, e foi um esforço grande quando começou, e foram indutores, fazendo tudo. Acredita na necessidade de



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

fazer reuniões aprofundando o entendimento sobre o programa ABC e explicar o programa de agricultura de baixo carbono. Fazer uma reflexão. Atribuir ao agente financeiro e à burocracia o problema é simplificar demais a análise. Conseguir um técnico para fazer um bom projeto, e convencer o produtor que é difícil. A sugestão conforme se tem falado é de que precisamos pensar juntos, todos que tem interesse para fazer deslançar o programa, e o BB tem esse interesse. O programa tem uma série de dificuldades, em questão de licença ambiental, de treinamento de empresa de assistência técnica, tem na análise do banco uma preocupação maior, pois é uma projeção para oito anos, onde é necessário tomar um cuidado muito maior. O nível de incerteza ao projeto é grande, precisa deixar muito bem declarado, alinhado com as expectativas, não dá para imaginar que um projeto deste vai sair de um dia para outro. Fazê-lo é complicado, analisá-lo é mais ainda.

Antonio Moraes da SPA/MAPA solicita minimizar a questão burocrática, e focar nos aspectos já mencionados, como na operação do programa, que é a questão de fundo, substancial, conceitual. Quando foi concebido, entrou nas normas relativas ao programa, e incorporou-se a idéia e a preocupação de avaliação posterior ao resultado de emissão de gás efeito estufa, tornando as normas mais difícil de operacionalizar, estabelecendo uma série de exigências. Seria bom repensar o programa, retirar as exigências voltadas na sua avaliação.

Ivan afirma que fazer avaliação de custo e benefício dentro de uma linha específica de financiamento, não pode garantir o fluxo de caixa do produtor. Sugeriu no Governo do Paraná, com BB e a Ocepar, organizar reuniões, e trazer o mapa da mina destas soluções.

Francisco Simione irá organizar reunião na Secretaria de Agricultura do Paraná para verificar as soluções como destravar e disse que é um projeto de difícil execução.

GT-2 Títulos do Agronegócio e Novas Fontes de Financiamento - Antonio Luiz M. Moraes/SPA-MAPA, Coordenador

Antonio Moraes, coordenador do GT Títulos do Agronegócio disse que o almejado propósito de permitir a emissão de CRA e CDCA, com correção cambial foi aprovado, mas não se avançou no ponto de vista da emissão desses títulos, em decorrência da exigência de que os lastros também fossem objeto da correção cambial, em conforme. Mas o ponto limitante é que a efetividade dessa medida dependia da aprovação pelo Conselho Monetário de exigências adicionais, onde não entende que tenha havido a aprovação dessas exigências adicionais, e por essa razão não esteja avançando a emissão destes títulos. O que houve de avanço foi a decisão do Executivo (PR) de apresentar PL de revisão da lei da CPR e lei dos títulos do CRA e da CDCA, no sentido de tornar viável a utilização da CPR para o lastro do CRA e CDCA. Admite-se a possibilidade de mudança do índice de preço para liquidação da CPR, e que sejam índice de preços cotado em bolsa internacional. Quando da discussão da Lei nº 13331 haviam propostas que não foram contempladas embora tenham sido aceitas pelo relator da MP, que se propõe aceitar tal como está, não buscar introduzir emendas, e aprovar assim mesmo. Posteriormente, se daria uma sequência de análise dos demais pontos de interesse de avanço com vistas a outra MP, o que seria eficaz para a aprovação. Como é PL do próprio governo, com certeza será aprovado tal qual foi apresentado, o que não seria se apresentassem emendas. Esse é o informe acerca do avanço em relação os títulos, informou.

Renato Buranello, completando o Moraes fala que em relação a alteração do CRA e CDCA de referencial de moeda estrangeira é preciso aprovar uma Resolução do CMN, com requisito da possibilidade de emissão. No momento que precisamos de novas fontes, com possibilidade de compra pelos estrangeiros, não há. Precisamos capital estrangeiros para compra destes papeis, momento oportuno, e se essa Resolução saísse facilitaria, afirmando que é agenda de



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

urgência para deslançar as operações. A CVM abriu audiência pública para instruções específica do CRA até o dia 14/07, sobre instrução específica do Certificado do Agronegócio. Disse que trabalhavam em paralelo com o CRI, e que são ofertas diferentes com volume, e que em 2014 aumentou muito. Solicitou atenção às associações e representações para mandar sugestões à CVM. O texto avança, com contexto de maior regulação da emissão, mas há diversas controvérsias, precisam prestar atenção.

GT-3 Sistema Nacional de Crédito Rural - João Ferrari Neto/BCB, Coordenador

João Ferrari falou que esteve no Evento do Sicoob/Bancoob, e relatou que as áreas se manifestaram, inclusive a área econômica do governo. As vezes dá impressão que área econômica parece ter jogado contra setor, mas não é isso, quando estudamos as medidas, a gente estuda, é palavra-chave, como falou Paulo Cesar “nos tiraram tanto da comercialização”, na verdade ouve uma racionalização, elegemos duas finalidades para dar maior apoio do estado para o recurso do crédito rural, custeio e investimento, e comercialização e industrialização, com menor apoio. O custeio e investimento são políticas de estado (maior apoio). Vocês são setoriais, mas no governo temos que tomar decisões num escopo mais amplo, disse. A área econômica não quer atrapalhar o setor, ela só está se adaptando aos novos tempos. Em relação a Lei 11076, não há só os aspectos variação cambiais, há erros crassos. Na MP 725 foi feita de modo não claro, coisas que estavam em discussão não passaram por um filtro, e elas foram publicadas com erros. A questão de retomar a revisão é urgente, e irão que fazer esse movimento, tomar uma iniciativa.

Queiroga, da Acebra agradeceu ao MAPA pois foram contemplados com o crédito para armazenagem aos cerealistas. Pergunta em relação a um dos tópicos do nosso grupo de trabalho, sobre a questão específica da possibilidade dos técnicos das empresas cerealistas poderem fazer os projetos de crédito rural junto a seus produtores atendidos ? O nosso questionamento como esta essa na Resolução, que vem sendo trabalhada pelo BCB. João Ferrari esclareceu que hoje no manual do crédito rural existe um impedimento para que, assim como a cooperativa possa ter uma equipe de agrônomos e atender ao cooperados, no caso dos cerealistas, esse tipo de atividade está vedada, e que são medidas muito antigas que devem ser mudadas. Temos uma minuta que poderá ser encaminhado pela câmara, passando pelo Ministro (a iniciativa pode ser dos três MF, MPOG, BCB). Acredito ser melhor acionar, passar pela câmara e depois o ministro para que MF estude. Esta regra hoje não faz mais sentido, tendo este impedimento os cerealistas prestar como as cooperativas serviços agrônômicos. Ferrari tem a minuta, passa para a área SPA, não precisa passar pela Câmara é mandar para frente.

O Deputado Heinze disse que tem um projeto sobre este assunto que faz esse arranjo. Já passou pela Comissão de Agricultura e está Comissão de Finanças e Tributação. Hoje no crédito rural, cooperativa tem seu papel, os cerealistas têm também este papel de financiar, a revenda de insumos quem vende fertilizante ou defensivo também tem corpo técnico, e dá garantia para a indústria, passam para o produtor como CPR. Estes agentes, revenda, cerealista, cooperativas são as três figuras que dão suporte de credito. Informou que marcaram reunião com a equipe SPA, OCB, OCEPAR, Deputado Sergio Souza e BCB, para tratativas contra estes limitadores dos repasse das cooperativas, para que elas possam repassar estes recursos. Tem um limitador que precisamos alterar, e a SPA vai se envolver com o assunto. Sobre a comercialização, na década de 60 era uma coisa hoje é outro quadro. Falou do problema do trigo e do arroz no Mercosul, o Brasil está colhendo arroz e está importando, difícil situação.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

GT-1 Programa de Subvenção do Seguro Rural – Gustavo Bracale SPA-MAPA

Gustavo Bracale, da SPA/MAPA informou que o GT que foi criado pelo ministro Blairo Maggi e liderado pelo ex-ministro Alysson Paulinelli, com o propósito de apresentar uma forma de promover a contratação do seguro pelo meio do programa do PSR. O GT finalizou o Projeto Experimental de Suplementação Privada, e deve ser apresentado ao Ministro da Agricultura nos próximos dias. Contempla uma idéia muito simples, e que ainda será submetida ao comitê gestor. Essa ideia surgiu da iniciativa privada, que são entes que tem interesse no resultado da produção dos agricultores e tem algum risco de operação. Envolveu uma série de atores de entidades privadas. Seriam, indústria de insumos, revendas, cooperativas que poderiam participar deste novo modelo que está sendo proposto. Este modelo não vem substituir o atual, é experimental. Hoje o governo paga 45% das apólices e o restante é o produtor. Com o plano, o terceiro, que tem interesse segurável no resultado da produção do agricultor, e vai constar como beneficiário é quem vai pagar parte deste prêmio no custo final da apólice, para o produtor para que seja reduzido em relação ao que temos hoje. Será destacado um pedaço do orçamento, recurso específico do orçamento de 2017 e faremos o monitoramento junto as seguradoras. A operacionalização será a mesma por meio eletrônico com as seguradoras, e estarão presentes os percentuais máximo e o mínimo permitido para o produtor e a entidade privada, e do governo que será um valor fixo. A ideia é trabalhar com soja e milho ainda este ano. Tudo isso sairá em uma resolução, tão logo seja aprovado.

O presidente da câmara, que também é membro do GT, informou que a subvenção, a parcela do governo é de 35%, que é o mesmo nível atual, o recado é que o governo manterá sua participação, e a parte do agricultor e do terceiro seja entre 20 a 45%, ou seja, estas duas partes vão arcar com 65%.

GT-4 Comercialização e Renda - Bruno Barcelos Lucchi/CNA, Coordenador

Natália Fernandes representou a CNA, e informou que esse GT não se reuniu este ano, mas ano passado, elaboram uma proposta programa de subvenção as opções de venda para o produtor acessar os instrumentos de proteção contra a oscilação de preço, como forma de complementar ao que vem sendo pela PGPM. Não tivemos apoio de retorno do ministro, estamos parados, mas após a CNA e o MF manifestarem interesse para que o programa viabilizasse, nos chamou para que discutíssemos o assunto.

Bruno Lucchi, da CNA informa que são quase 3 anos de reuniões e enviaram ao ministro pleitos e não obtivemos resposta. A indicação do orçamento e a minuta do Decreto pelo MAPA não prosperou. Tesouro e o MF tem apoiado. Estamos aguardando apoio do MAPA pra viabilizar o programa. Precisamos saber do interesse do MAPA. Caso contrário encerraremos o GT.

O presidente da Câmara sugeriu, e consultou a todos, de encaminhar uma discussão mais positiva ao Secretário Nery da SPA, o que todos concordaram.

Bruno Barcelos Lucchi da CNA argumenta que para o GT se manter, precisam saber se o Ministro e a SPA se interessam em dar andamento, e solicita à câmara para fazer uma nota formal solicitando informação.

Fernando, da Secretaria de Agricultura de São Paulo informa que o Ministério da Fazenda entrou em contato, e eles passaram a legislação paulista para a MF. Em São Paulo funciona desde 2012, e vão articular para formulação desta nova política.

O Presidente sugeriu encaminhar ao Secretário Nery questionamento a respeito.

GT-5 Operacional da PGPM - Sílvio Farnese/SPA-MAPA, Coordenador

Não houve apresentação.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

GT-6 – Central de Ônus e Gravames, Fernando Pimentel/SNA, Coordenador

Fernando Pimentel da SNA afirma que o grupo ainda não se reuniu desde o último encontro da câmara, mas que amanhã estão com reunião marcada no BCB e afirma que no momento em que está sendo discutida uma série de iniciativas para atrair o capital privado, essa questão da central de consolidação de crédito se torna crucial para você ter a devida governança e transparência para os agentes financiadores, sejam eles públicos ou privados, sejam financeiros ou comerciais, para entender a alavancagem do campo, para que possam ter títulos agrícolas, tudo compilado. Sobre a perspectiva técnica na CETIP não tem objeção, e afirma ter capilaridade. Questão de ordem operacional a discutir. Sobre a Questão Jurídica vão discutir com o BCB o registro na CPR e duplicatas o produtor rural capital recursos.

Informes da Assessoria das Câmaras Setoriais e Temáticas/ ACST - Sra. Isabel Carneiro.

Informado pela supervisora da câmara, Isabel Carneiro, a data da próxima reunião para 30 de novembro, as dez horas, mesmo local.

Alexandre Velho, da FEDERARROZ fez uma apresentação sobre situação que o arroz está vivenciando atualmente, com projeção de quadro da CONAB que mostra a instabilidade dos preços, a evolução do custo frente ao peços recebidos e a projeção do custo de 2011 a 2017. A conclusão é que cada vez mais a seletividade do crédito oficial e a burocracia vem prejudicando o produtor. Fundamental o entendimento com BB e Sicredi.

O presidente agradeceu a colocação do tema e comentou ser impressionante esta sazonalidade causando essas séries de dificuldades.

Às 13:02 horas, o presidente Ivan Wedekin encerrou a reunião, agradecendo a participação de todos e eu Alcilea alves da Silva, Assessora, redigi esta ata que foi revisada pelo Secretario da Câmara, Ayrton Jun Ussami e será assinada pelos presentes.

Preposições

Item	Item da reunião
------	-----------------

Ações

Item	Ação	Responsável	Dt. prevista
------	------	-------------	--------------

Dados da próxima reunião

Local:	
Data da reunião:	Hora de início:
Pauta da Reunião	

Anexos

Arquivo	Descrição
---------	-----------